

IX Jornada científica

I SIMPÓSIO DE PESQUISA EM LONGEVIDADE

21 e 22 de novembro de 2019

Auditório 3 da Faculdade de Ciências da Saúde/UnB

Análise de Conteúdo: Comparativo do Plano Nacional da Educação e a Legislação dos idosos no Brasil

Autores: Maíra Rocha Santos, Marília Miranda Forte Gomes, Leides Barroso de Azevedo Moura - Universidade de Brasília - UnB

Palavras - Chave: Ageísmo, Análise de Conteúdo, Plano Nacional de Educação, Política Nacional do Idoso e Estatuto do Idoso

1 INTRODUÇÃO

Entender a legislação voltada aos idosos a partir dos seus principais documentos; a **Política Nacional do Idoso (1994)** e o **Estatuto do Idoso (2003)** é indispensável para saber como esse grupo deseja ser inserido em sociedade. Assim como analisar o **Plano Nacional da Educação (PNE) (2001)** é fundamental para entender as diretrizes do governo em relação à essa parcela cada vez mais numerosa da população.

2 OBJETIVO

O objetivo dessa pesquisa é comparar os documentos que representam o grupo dos idosos com as políticas previstas no PNE, voltada ao grupo, para identificar as consonâncias e dissonâncias dos discursos presentes nos documentos analisados.

3 MÉTODO

Realizou-se uma análise de conteúdo a partir do software Iramuteq que auxilia na mineração de texto.

4 RESULTADOS

A educação possuiu um direcionamento genérico em relação ao grupo dos idosos. O termo idoso aparece somente nas legislações direcionadas ao grupo (Estatuto e PNI); contudo, esses documentos não possuem foco exclusivo na educação formal, mas, estão preocupados com a construção do conceito do envelhecimento e a participação social desse idoso. A esfera da educação aparece na forma do acesso ao conhecimento desse idoso de maneiras variadas, como a extensão, cursos diversos ou a criação de universidades abertas para o grupo.

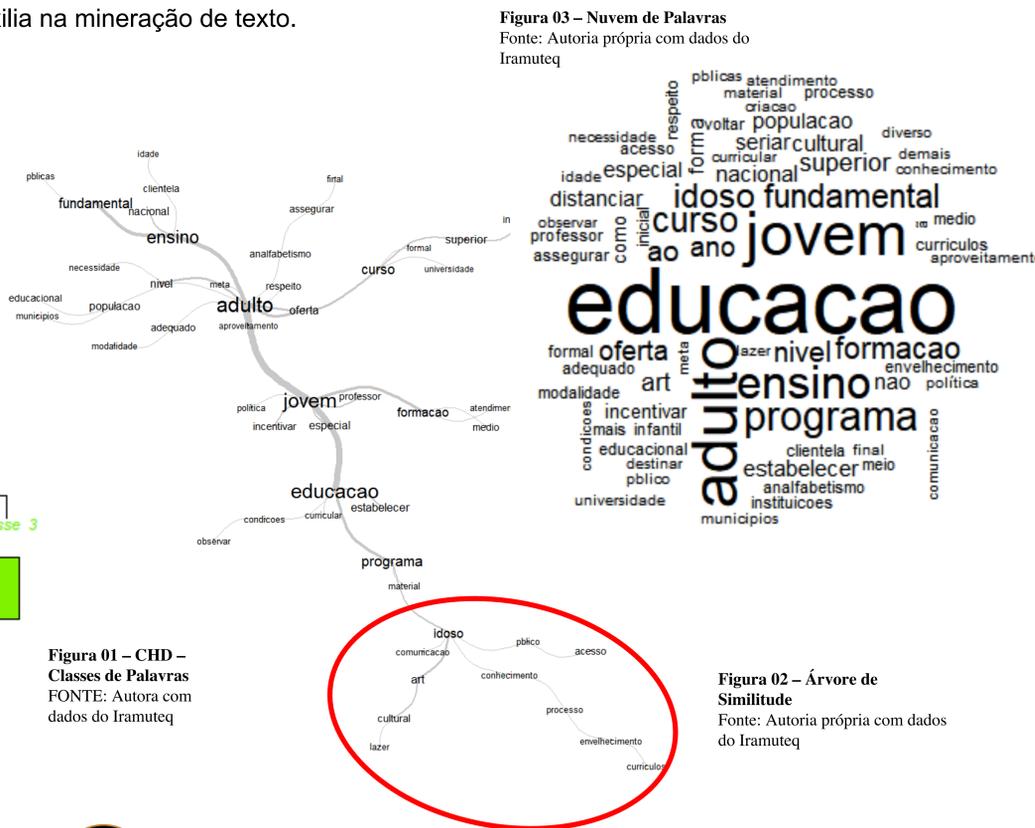
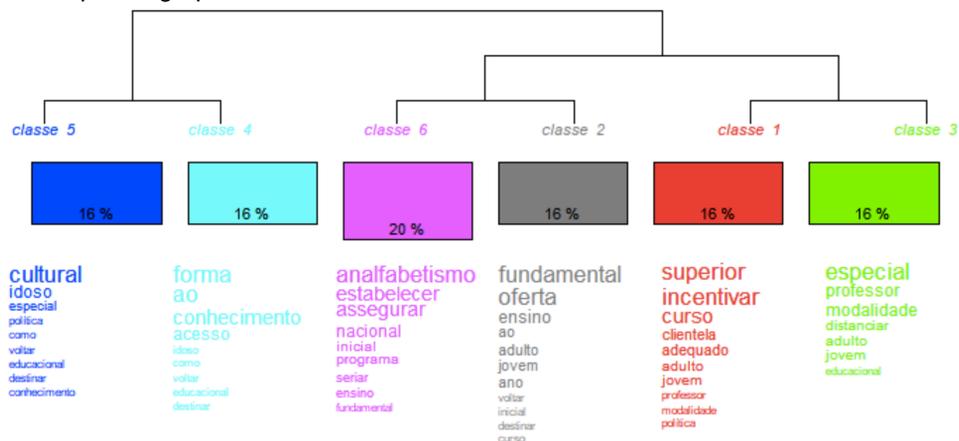


Figura 01 – CHD – Classes de Palavras FONTE: Autora com dados do Iramuteq

Figura 02 – Árvore de Similitude Fonte: Autoria própria com dados do Iramuteq

5 DISCUSSÃO

As narrativas dos documentos analisados evidenciam que o não discurso, ou o não-dito, também possuiu significado e conota esquecimento, descaso ou desinteresse do estado, enfraquecendo a importância da pessoa idosa no contexto da educação. Desse modo, a ausência da palavra idoso no contexto da política educacional reflete o ageísmo presente na gestão dos indivíduos responsáveis em zelar pela diversidade na coletividade social.

BARDIN, L. L'Analyse de contenu. Editora: Presses Universitaires de France, 1977.
BRASIL. Lei nº 8.842, de janeiro de 1994.- Política Nacional do Idoso - MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome.
BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.
BRASIL. Lei nº 10.74 de 1º de outubro de 2003. Estatuto do Idoso.
FEOFILOFF, Paulo; KOHAYAKAWA, Yoshiharu; WAKABAYASHI, Yoshiko. Uma introdução sucinta à teoria dos grafos. 2011.
WORLD HEALTH ORGANIZATION. World report on ageing and health. World Health Organization, 2015.

6 CONCLUSÃO

A pesquisa evidenciou a exclusão das pessoas idosas à medida em que a preocupação do gestores públicos está direcionada para os "jovens e adultos", consolidando o estereótipo de que no âmbito educacional à medida em que a pessoa idosa está fora do contexto laboral ou muito próximo à aposentadoria eles não são pautados como prioridade nas políticas públicas.

